

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Têm chegado ao Grupo Parlamentar do PCP informações de vários cidadãos identificando atrasos na atribuição da bonificação por deficiência para os seus filhos. As situações que chegaram ao Grupo Parlamentar do PCP referem-se a vários meses de demoras na atribuição desta prestação – pedidos feitos em Julho, Setembro, Outubro de 2020, por exemplo, que ainda não tiveram qualquer resposta.

A bonificação por deficiência é um importante apoio social para as famílias com crianças com deficiência e cuja demora na atribuição e pagamento significará, para muitas crianças, atrasos significativos no acompanhamento terapêutico e no seu desenvolvimento. Esta prestação é um apoio fundamental para que sejam assegurados os tratamentos e acompanhamentos terapêuticos dos quais estas crianças necessitam. Conhecemos as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 136/2019, de 6 de Setembro, que “*procede à terceira fase de implementação da prestação social para a inclusão, definindo o acesso à medida para crianças e jovens com deficiência*”. Não obstante, de acordo com a atual redação do Decreto-Lei n.º 133-B/97, as crianças com deficiência com idade igual ou inferior a 10 anos têm direito à bonificação por deficiência. Ao mesmo tempo o PCP também entende que as crianças e jovens com deficiência, com idade superior a 10 anos e tinham direito à Bonificação por Deficiência não podem ser prejudicadas nos apoios sociais a que têm direito fruto da alteração legislativa feita pelo Decreto-Lei n.º 136/2019, de 6 de Setembro.

As demoras por parte da Segurança Social não estão desligadas da carência de meios humanos que persiste na Segurança Social. O PCP tem apresentado propostas e iniciativas legislativas que visam a contratação de trabalhadores, reforçando deste modo a capacidade de resposta da Segurança Social e garantindo maior celeridade na resposta às famílias que se dirigem à Segurança Social.

Para o PCP estes atrasos não são aceitáveis, como não é admissível que estas crianças estejam a ser profundamente prejudicadas no acesso a terapias que são fundamentais para o seu desenvolvimento. Importa que sejam tomadas ações imediatas que garantam a estas

crianças e jovens o acesso à bonificação por deficiência.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que, por intermédio do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, preste os seguintes esclarecimentos?

1. Tem o Governo conhecimento de atrasos na atribuição da bonificação por deficiência?
2. Quantas são as crianças nesta situação?
3. Que medidas vai tomar o Governo para assegurar a célere atribuição da Bonificação por Deficiência a todas as crianças que a ela têm direito?
4. Que medidas vai tomar o Governo para garantir as necessárias prestações sociais a todas as crianças e jovens com deficiência?

Palácio de São Bento, 20 de abril de 2021

Deputado(a)s

DIANA FERREIRA(PCP)